

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



IBÉRIA

VOLUME 31, 2010

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

RECENSÃO CRÍTICA

Vitorino Magalhães Godinho - *Os Problemas de Portugal // Os Problemas da Europa*, 2ª edição revista e aumentada, Lisboa, Colibri, 2010.

O que amotina no texto de Vitorino Magalhães Godinho não é apenas a vasta perspectiva analítica e histórica que articula na observação do presente, muitas vezes solicitando a rigorosa percepção quantitativa que tem marcado toda a sua obra. O que alarma nas *palavras* do humanista (que insiste numa *ortografia republicana*, diria Pessoa; e nós instamos na palavra "humanista", espécie de pecado pós-moderno) - é a novidade da intelecção qualitativa do quase instante. É, em suma, a penetrante claridade crítica do *olhar do historiador*, que (se) distingue na penúmbrea floresta onde se bifurcam até às ínfimas (e irrisórias) bipartições os caminhos do presente, a ponto de os confundirmos, aos trilhos, com fios e fronteiras da selva mediática que hoje habitamos, mais ou menos desarmados face à publicidade grosseira e a velhos mecanismos, recompostos, de fazer opinião. Ou de a não-fazer, simulando a sua feitura.

Daí esta breve nota eleger, entre a multidão de tópicos do texto de Vitorino Magalhães Godinho - que não é um texto historiográfico mas o texto de um historiador -, a sua reflexão sobre um dos "problemas" *formativos* (aqui, também fundacionais) da Europa: pois o projecto europeu (não apenas na sua dimensão pedagógica, artística ou científica; mas na sua dimensão social e constitutiva) não se confina à uniformização, isto é, ao *uso uniforme* e ao *uso do uniforme*.

Pelo contrário, convoca o múltiplo e o plural para, no diverso, encontrar o traço comum duma "civilização europeia" que não destrua a multiplicidade das *paisagens*, "expressões de mentalidades, de gostos, de maneiras de

viver, na sua transformação nos tempos longos". "Paisagem" é o nome braudeliano para história, bem se sabe. Ora, se a Europa é essa contínua viagem (no tempo-espaço) de diversidades, num vai-vem entre o endógeno e o exógeno, "a eliminação da paisagem conduz a renunciar à viagem" (p. 116), afinal, impossibilidade da incindível *deslocação* diacrónica e diatópica. A massificação (e argamassa) num aligeirado neoliberalismo (betão linguístico, mnésico, vivencial) - variante anglo-saxónica de um qualquer esperanto neoliberal - representa o inverso corolário da universalização de métodos e metas de ensino: o Erasmus, por exemplo, redundou em mero "turismo universitário" e o acordo de Bolonha recaiu na obsessão uniformizante, "baralhando os títulos e graus, e eivado por uma pedagogia simplista". O caminho será (ou seria?) o oposto: "Só depois de adquirida sólida preparação é que se está apto a beneficiar de escolas e centros diferentes, que aliás devem ser criteriosamente seleccionados. Tenha-se o bom senso de não cair no turismo universitário. Temos de regressar à licenciatura como termo de um curso completo e não etape sem significado. Os mestrados não podem confundir-se com cursos profissionalizantes ou, pior, tomar o lugar de licenciaturas; devem ser preparações exigentes à investigação" (pp. 62-63).

Diagnose certa para o país. Tanto mais que das quatro universidades se passou a "uma profusão estonteante de universidades, Institutos Politécnicos, Escolas Superiores, com múltiplos cursos muitas das vezes do mesmo ramo. Impõe-se rever toda esta trapalhada, e não ter dúvidas em extinguir o maior número: o mercado de emprego já não comporta os diplomados, e muitos dos cursos não têm relevância prática ou cultural". "Ora nós precisávamos era de boas escolas médias e médias superiores" e não de bálsamos para se viver num permanente "mundo virtual"(pp. 60-61). Exercício de lucidez, politicamente inexequível. Quem arcaria hoje com as despesas políticas e sociais da desmontagem do inexacto cenário que se montou?

E por aí adiante: a inaceitável subserviência da investigação universitária face às grandes empresas e consórcios financeiros; a hipoteca do *saber pelo saber* à conjuntural oportunidade do mercado, a restrição do financiamento público ao ensino e investigação de topo; o divórcio crónico entre ensino e investigação; a rarefação da excelência em centros de investigação, alguns dos quais sem dimensão humana, técnica e científica para se erguerem e muito menos afirmarem. Por aí adiante, outra vez, nos outros segmentos de ensino. "Os programas do Secundário, em particular os de Português, História e Filosofia têm de ser integralmente refeitos. O de Português, por exemplo, é uma mixerufada de pseudo-linguística e de receitas para a vida prática, só com lambuzadelas de literatura". A crítica, no seu esplendor prático. O Ministério da Educação confundiu, para mais na avaliação dos professores, critérios burocráticos com os científico-pedagógicos e conceitos

de avaliação com procedimentos e concursos, base dum "lamentável conflito" (pp. 57-59). Neste retrato, move VMG o não querer desistir da reflexão sobre "a pergunta inevitável: que rumo para Portugal?" (p. 9).

Estranhamente ressoa, nesta discussão sobre o futuro, um timbre arcaico ou desusado. Parece que o futuro é já passado. Ou porque não o foi; ou porque terá sido.

Porque VMG está fora-de-moda. O que também quer dizer que se mantém, à margem da estatística oportunista, numa atitude teimosamente livre, contra a moda (a mediania e a média) que aconselha mais seguras obediências e mais acríticas cartilhas. Ainda bem que está fora-de-moda. Depois de assaltado metodologicamente pelos historiadores e aprendizes nos anos febris de 1960, 70 e 80, no tempo em que eles próprios tinham de reciclar ou de armar os seus escritos; após ter sido a sua uma das vozes mais autorizadas não apenas entre os oficiantes de Clio mas entre os intelectuais deste país - sobre VMG se abateu o silêncio do vazio, agora como fatalidade, como se a sua fé numa sociedade solidária e democrática fosse o mais indizível e incodificável crime, silenciosamente decretado pela "ilustração" neo-liberal (e neo-oportunista) que tenta hegemonizar o futuro, bloqueando, por enquanto e apenas, os caminhos instantes do presente.

Neste livro, VMG parece bem compreender a razão pela qual à sua volta se espessa o silêncio. Ele denuncia o modo como o padrão estrutural da desigualdade continua a *vincar*, acentuando-se nas últimas duas décadas, o tecido social português (pp. 89-91); como, em tese geral, o exercício democrático do municipalismo desordenou o território (e assassinou as *paisagens*) e como a afasia do poder central criou duas imagens icásticas de Portugal, uma litorânea e nalguns pontos superpovoada e outra erma e "interior" (pp. 83-89); como se vai desestruturando o Serviço Nacional de Saúde num sistema convencional de comércio médico (pp. 46-52); como falha a "meridiana clareza" à Justiça, aos magistrados e ao Legislador (p. 71); como as máfias se foram enraizando e pondo colarinhos brancos, recrutando os mais jovens, aliciando ou atemorizando os que resistam (pp. 71-78). Porque a crítica no seu esplendor edificante (e constitutivo), não convém aos *juvenes turcos*, que, de muitos quadrantes, desprezam arcanos ensinamentos - e tendem a desprezar a *virtú* opinativa, essência mesma da *res publica*. Porque a "crítica" se comutou em *moda* subserviente e recompensada e não no exercício, entre a ética, a política e a sociologia, da dialógica racionalidade.

Ora, VMG persistiu, com invejável coerência, naqueles valores intelectuais e dianoéticos para os quais, há quase sete décadas, Sílvio Lima chamou de modo pioneiro a atenção, pois "para ele a história não é pura acumulação desconexa de textos documentais, mas *explicação*, construção racional interpretativa, *problemática* aberta e sangrando em carne viva" (*Biblos*,

XIX, 1943, pp. 509-511). Entenda-se o efeito perturbador dos textos que *h*z meses Vitorino Magalhães Godinho reeditou em *Os Problemas de Portugal Os Problemas da Europa*: talvez se tenha regressado hoje, entre algumas oficinas da historia e respectivos usos e fidelidades, a práticas historiográficas que, como as cirurgias plásticas, calafetam a *carne viva*, apaziguam a inquietação que conduz ao estudo, investigação e escrita da Historia, substituindo-a por narrativas plausíveis e afeiçoadas. Mas só a *carne viva* poderá abalroar ou convocar a consciência crítica de cada historiador, mesmo na reflexão sobre o presente que o envolve. E mesmo se não discorra sobre História, mas sobre a expectativa do presente no qual o discurso historiográfico se inscreve e escreve. E esta é a lição que o decano historiador não quer iludir.

Paulo Archer